

URBANIZAÇÃO E GLOBALIZAÇÃO: A FRAGMENTAÇÃO DO ESPAÇO E DA PERSONALIDADE¹

Amélia Luisa Damiani

RESUMO:

A proposta deste artigo é perseguir um caminho de compreensão do tema proposto, norteado pela complexidade do trabalho de Milton Santos, especialmente no livro *A Natureza do Espaço*; assim, iniciando por considerar a potência metodológica deste trabalho como eixo principal. O movimento do desvendamento da temática geográfica, a pertinência do encadeamento dos temas, pretende não subestimar os pressupostos filosóficos que definem uma concepção de totalidade, que orienta o significado do temário geográfico. Não conceber esse movimento pode criar um processo de vulgarização de sua análise, com consequências quanto ao sentido das possibilidades e da ação renovadora, que lhe são conclusivas.

PALAVRAS-CHAVE:

fragmentação, totalidade, lugar, ação, cidadão.

RÉSUMÉ:

Le but de cet article consiste en suivre un parcours de compréhension des idées régi par la complexité de l'œuvre de Milton Santos, particulièrement dans le livre *La Nature de L'Espace*. De cette façon, dès le début, l'axe principal est la prise en considération de la puissance méthodologique de ce travail. Le mouvement de décryptage des thèmes géographiques, de leur enchevêtrement, veut que les fondements philosophiques soient soulignés ainsi que la rencontre de la conception de totalité, qui donne leur signification. Ignorer ce mouvement peut consolider un processus de vulgarisation de son analyse, avec des conséquences concernant le sens des possibilités et de l'action rénovatrice qui leur sont décisives.

MOTS-CLÈS:

fragmentation, totalité, lieu, action, citoyen.

A questão central que move minha indagação, neste momento, é a da totalidade. Há muito me incomoda uma leitura possível de alguns escritos geográficos mais atuais - como os da *Ciência Espacial* e o estudo dos padrões e sistemas⁻², ou, inclusive, passagens do trabalho do prof. Milton Santos, que aproximava a noção de estrutura daquela de totalidade, preterindo a idéia de formação, de história, claramente ou não. Vislumbrava uma versão estrutural do marxismo, e, até, uma leitura vulgarizada do estruturalismo,

porque capturada por uma disciplina, a Geografia. Assim, na forma de incômodo li a noção de Milton Santos de formação sócio-espacial. Não a concebia mais abrangente que a noção de formação econômico-social, porque apontava a necessidade de pensar o significado do espaço, ao contrário, ela me aparecia redutora. As notas de rodapé remetiam, neste caso, a marxistas estruturalistas, que a história demonstrou como equivocados. Por outro lado, o sentido de tudo que vivemos parece sugerir uma força reprodutora

inesgotável, que pode real ou metaforicamente, remeter à idéia de globalização, reprodução que atualiza essa literatura estrutural e a torna oficial. Ela reina no mercado, no cotidiano, até no imaginário. Mas ela está comprometida com o eterno presente, não com o devir. Politicamente, é o *outro* do saber crítico.

A noção de totalidade não envolveria, então, a de estrutura? Certamente envolve, mas num processo complexo entre estruturação e desestruturação. Não é a idéia de composição, articulação ou equilíbrio permanente, aquela que a alimenta, mas a de negação, de movimento. "O pensamento dialético segue a formação do todo a partir das contradições, como momento e fase de seu desenvolvimento."³

A estrutura é sempre provisória, "ameaçada, minada em seu interior, pela negação" e a totalidade envolve o todo em movimento, "nunca fechado, nunca terminado" Além disso, prenhe de desigualdades. Trata-se do desenvolvimento desigual, como motriz. O desenvolvimento desigual não remete a uma fatalidade, um destino irreparável, como a concepção de subdesenvolvimento, em certo momento, parecia apontar; mas às diferenças reais, aos níveis diversos, contendo, também, inúmeras possibilidades, quase imprevistas.

O desenvolvimento desigual entre o econômico, o político e o social.

É sempre possível a crítica, mas quando ela não persegue a obra de um autor, ela pode ser parcial, chegando mesmo ao nível do preconceito. Porque ela não acompanha o projeto maior que alimenta cada trabalho, cada momento do percurso pretendido. E o sentido de nossa época, o sentido hegemônico, é aquele de informar, o amontoado das produções sugere isso, e não, exatamente, *conhecer*. As informações, produzindo retóricas, substituem o saber, o conhecimento.

Quanto ao trabalho do prof. Milton Santos, do qual não sou uma conhecedora, eis o infinito limite, um momento para mim precioso, de aproximação e não de distanciamento, é o

da compreensão do desmantelamento da rede urbana com a modernização tecnológica e a tentativa de compreender a dialética entre os fatores de concentração e de dispersão, que aparece no livro *O Espaço Dividido*. A estrutura aparecia móvel, provisória, também como desestruturação. Em relação à urbanização, configurando uma teoria crítica sobre a urbanização nos países pobres, alternativa aos modelos consolidados e demasiadamente inseridos nas estratégias políticas e econômicas de exploração dos países pobres, tive a oportunidade de tentar pensar, mais globalmente, à propósito do Simpósio sobre sua obra, realizado em 1996, em São Paulo.⁴ O que para mim é mais caro é a idéia de economia urbana segmentada, que move a interpretação da existência de um crescimento econômico que supera o crescimento populacional, rebaixando o rendimento médio e expandindo empregos mal remunerados, fruto das diversas temporalidades do capital. Dela eu me apropriei sedenta de ajuda para compreender o significado do urbano no processo de acumulação global do capital. O acento sendo nas diversas temporalidades do capital, no seu processo reprodutivo desigual, nega, portanto, a dicotomia do atrasado e do moderno. Configura a compreensão da modernização perversa e seu papel estratégico. O novo reinventa o "velho" e dele se vale, como face obscura do moderno, que não só se move por altas tecnologias, mas pela exploração e clandestinização do trabalho, definida por Alain Lipietz como flexibilização do trabalho. Pessoalmente, estudo a urbanização configurando um setor produtivo extremamente complexo e estratégico para a reprodução do capital, reproduzindo um proletariado, que sequer se reconhece como trabalhador, dados os termos crassos da exploração que sofre. Essa produção do espaço define-se, primordialmente, nas, e a partir das, grandes cidades. A elasticidade dos lucros, nesses negócios econômicos, define, nas cidades, a reprodução de um capitalismo rentista, em nosso país. Noção configurada por José de Souza Martins, tendo como universo de refle-

xão, especialmente, o campo e as atividades rurais.

Ainda a destacar, de forma introdutória, os termos definidos por Milton Santos da modernização incompleta e perversa, que atinge os países pobres, e os resíduos transformadores, que detém, no interior da pobreza e dos espaços pobres, numa demonstração da lei do desenvolvimento desigual, para além de uma leitura economicista. Admite-se o desencontro entre o econômico e o social, um não sendo, estritamente, o reflexo do outro. E, ainda, que o social, “marginalizado” do econômico mais moderno, não representa, exatamente, atraso, “ações arcaicas, irracionais e ineficientes” o que manteria um caráter etnocêntrico e ideológico, mas revela possibilidades, a força dos “lentos” os espaços da criatividade, o desconforto criador, a esfera comunicacional.⁵

Retomando o tema da totalidade, ela aparece, em *A Natureza do Espaço*, nos termos de Sartre, como totalidades em movimento. “A totalidade estruturada é, ao mesmo tempo, uma totalidade “perfeita” acabada, um resultado e uma totalidade in-fieri, em movimento, um processo.”⁶ Conviveriam a totalidade produzida e em produção, num incessante processo de totalização, definindo-se como incompleta. Utilizando-se de Whitehead, Milton Santos define “o presente iminente, inconcluso, não apenas projeto e não ainda realidade terminada...a essência da existência reside(indo) na transição entre o já dado e a nova solução, pois o presente contém um apetite para um futuro não realizado”⁷ Se a paisagem e o território aparecem como totalizações perfeitas, a totalização, que se está fazendo, define o espaço. O espaço compreende, então, a sociedade global realizando-se como fenômeno, a especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global, a condição do real concreto. A fragmentação do todo não se define estruturalmente, como divisão de um todo, que exige articulação, composição, nos termos como apresentamos de início a questão. Não se reduz a análise da divisão territorial do trabalho ao

modelo da divisão técnica do trabalho, à racionalidade sem fissuras, mas ela é lida à luz da divisão social do trabalho, comportando o aleatório. A redução da divisão territorial do trabalho à divisão técnica do trabalho não é somente um ato de incompreensão; revela uma leitura possível, embora restringida, porque, no nível da prática, e, portanto, também, do pensamento, a divisão técnica aparece como modelo, generaliza-se e transcende a fábrica. Esta é uma maneira de compreender o cotidiano colonizado, estudado por Henri Lefebvre.

A fragmentação, para Milton Santos, é lida dialeticamente, a partir de Sartre, primordialmente:

“A metamorfose do real-abstrato em real-concreto, da essência em existência, da potência em ato é, conseqüentemente, a metamorfose da unidade em multiplicidade” A fragmentação é a realização da totalidade, como processo, e não, estritamente, estrutura, simultaneidade. E equivale a um processo “pelo qual o todo se torna um outro todo...um processo de análise e de síntese ao mesmo tempo.”⁸ O que equivale a alterar, profundamente, a interpretação da fragmentação do todo, potencializando, metodologicamente, o movimento entre o todo e as partes, e, dialeticamente, transformando a parte, ao mesmo tempo, em totalidade. A totalidade em movimento é além de uma integral, um diferencial.⁹ A fragmentação do todo não somente é resultante da divisão internacional do trabalho, movida pela Globalização, pelo Mundo, o que equivaleria a dizer que o local, o lugar é, apenas, resultado do global, da globalização, imerso, de forma absoluta na racionalidade e na competitividade; mas o lugar realiza concretamente o global, que em si é abstrato.¹⁰ “A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas.” E, ao mesmo tempo, “os *fragmentos* de totalidade assim tornados *objetivos* continuam a *integrar* a totalidade.”¹¹ Apenas algumas das possibilidades da totalidade se

tornam realidade. As “determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar.”¹² Empiricamente (e essa é a possibilidade aberta pelos progressos técnicos e pelas formas atuais de realização da vida econômica), o global existe através do local¹³; e assim o lugar, que não é estrita parte do global e seu reflexo, contrapõem-se a ele; é possibilidade de história, de movimento, de insurgência, de resistência. A explicação não se esgota na elucidação de um movimento vertical, que defina a especialização funcional dos subespaços e sua interdependência, mas envolve um movimento horizontal, em que “as forças oriundas do local, das horizontalidades, se antepõem às tendências meramente verticalizantes.”¹⁴ A racionalidade que se impõe, é limitada, porque exclui, econômica, social e politicamente, porque produz seu inverso, a irracionalidade, ou melhor, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas e divergentes, daí inclui, contraditoriamente, a vontade e a ação de contrariá-la. Imerso no mundo, o lugar se diferencia, é a *glocalidade* de George Benko, citado por Milton Santos.¹⁵ E a grande cidade é, neste sentido, o mais significativo dos lugares, “é o espaço onde os fracos podem subsistir” constituindo subsistemas de cooperação, diversos da cooperação de tipo hegemônico, e de solidariedade, criando formas de sobrevivência e vida extremamente plásticas, adaptáveis, criativas, nas zonas urbanas “opacas” abertas, não estritamente invadidas pela luminosidade restringida da racionalidade técnica, racionalidade técnica reprodutora de uma mecânica rotineira e sem surpresas, de uma cultura de massa uniforme e indiferenciada.¹⁶ Dialeticamente, as cidades incluem, além dessa cultura de massa, que aí tem seu ambiente propício e, ao mesmo tempo, desprezado, pois ela é indiferente à ecologia social, uma cultura popular, com raízes na terra, onde se vive, encarnando a vontade de enfrentar o futuro, sem romper com o lugar.¹⁷

E, assim, podemos esclarecer, a partir dessas últimas observações, o *alcance mundial*

do lugar, isto é, a resistência do lugar não significa, no limite último, a impossibilidade de transformar o global, que se apresentaria como avassalador, indestrutível, e a mudança possível apresentar-se-ia como apenas localizada, fruto de insurgências locais, redução da perspectiva da realização do internacional, previsto no século XIX, por Marx, restringido no século XX, pela força reprodutora da sociedade existente, imprevisita anteriormente. A interpretação exige maior complexidade. O global se realiza no lugar, como processo, história e devir. O global indeterminado, determina-se no lugar, num movimento dialético, previsto por Hegel, entre o universal e o particular. O mundo deserto, produzido pela mundialização, afirma, dialeticamente, o lugar como ligação, relação real, próxima. Contudo, estamos diante de uma aporia prática e teórica: a potência e o significado históricos da força do lugar.

A insurreição dos particularismos, no Contrato de Cidadania, do Grupo de Navarrenx, aparece como um fenômeno anti-estatista, propõe a deterioração do Estado, a negação do Estado colado na economia mundializada, o reconhecimento dos espaços de diferença e de alteridade e, ao mesmo tempo, apresenta-se como a emergência possível de despotismo, de dominante tradicionalista com elementos religiosos, nacional-populistas, etc. -. Não pode ser lida, portanto, sob as luzes de um progressismo universalista; pode reproduzir micro-absolutismos, recusando a legitimidade da diferença e do diverso, e sem potência para contrapor-se à ordem mundial, senão simbolicamente.¹⁸ Considerei, pessoalmente, a interpretação do lugar, também, como *particularização*, segregação, privação, o limite do homem privatizado do cotidiano.¹⁹

Esses movimentos podem, também, refletir uma resistência potente, ainda em curso, da qual não vislumbramos os resultados. (Pensamento sugerido por E. J. Hobsbawm, em artigo reproduzido pelo Jornal “Folha de S. Paulo” com data desconhecida).

Consideremos a interpretação de Milton Santos sobre os lugares como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo, reproduzindo a possibilidade de comunhão. Quanto às grandes cidades, principalmente, a idéia não é a do domínio e da generalização absolutos da heteronomia social, da alienação regional, fruto das demandas externas, que levam à ação, governadas por fatores, cuja sede é longínqua. As cidades são também, e contrariamente, um espaço de revelação, sugerindo um movimento da consciência que se dá conta da cidade pela lógica dos medos, das premonições, da sensibilidade, aguçada com o próprio processo de trabalho; tornada, a seguir, uma dúvida metódica popular, “que constitui a sementeira de que brotam visões totalizantes.”²⁰

O ato, a ação é o centro da explicação e não se resolve numa praxis repetitiva, mas, também, criativa, na constituição do cidadão e da personalidade forte, na “existência de indivíduos solidários tanto ao nível da ação, quanto ao nível da sensibilidade.” Os “outros também sendo nós”²¹ A compreensão não se desenvolve, neste sentido, analisando, de um lado, o consumidor, reduzido à usuário; e de outro lado, a personalidade forte, ativa, *distintos*, nos termos de um dilema formal: *ou* um *ou* o outro. Na verdade, o primeiro, o consumidor, contém a segunda, a personalidade forte, como negação. A explicação desse movimento dialético exige a mediação da noção de alienação, enquanto duplo processo, o de alienação-desalienação. São alguns dos termos através dos quais a ação aparece no livro *O espaço do cidadão*.

A idéia, que move a análise, não é *ou* cultura de massa, imersa nas áreas luminosas do consumo e do consumismo, própria às classes médias, *ou* cultura popular, própria aos pobres, abortados de sua condição de trabalho e de consumo; então, culturas apenas distintas e separadas. Mas, ambas são tratadas numa relação, relação esta contraditória. A cultura popular negando a cultura de massa, a ela resistindo. A cultura popular, nascida da privação, configurando uma alternativa e constituindo a negação à cultura de

massa, mais ainda, aparecendo como superação, negação da negação do pobre, privado de consumo. Então, ele não é somente privação no presente, ele é futuro criador. E as grandes cidades assim o revelam, como consciência das impossibilidades e direito de ver e compreender. Os “pobres descobrem o seu verdadeiro lugar, na cidade e no mundo, isto é, sua posição social.”²² Os pobres podem viver a contingência de chegar às classes médias, a de reivindicar soluções tópicas, como no caso de associações de moradores, que definem, para Milton Santos, uma “ação política espacista, mas não propriamente espacial.”²³

“O trabalho das associações de moradores apenas precipita o ciclo, na medida em que tende a facilitar a aquisição da mercadoria casa, e sua valorização posterior, incluindo-se no conceito de habitação os serviços públicos que lhes acrescentam valor. Para ser transcendente, a luta urbana deve focar a cidade como um todo e o indivíduo total.”²⁴ Compreendendo que a “individualidade somente se realiza no grupo” Sendo o grupo a condição para adquirir os instrumentos de realização eficaz da liberdade. O homem livre nasce com a desalienação e se afirma no grupo. O que não garante, ainda, a cidadania, que só tem eficácia enquanto categoria tornada jurídica, sempre revista e ampliada. Ainda a considerar “a diversidade (enorme) de situações espaciais de classe” e que uma cidadania concreta não prescinde do componente territorial, por exemplo, exigindo uma repartição não-mercantil dos bens e serviços de um lugar.²⁵

Sobre a personalidade, é possível, e mesmo necessário, discutir os processos de “socialização narcisista” definidos no livro *O Contrato de Cidadania*, já mencionado. “O narcisismo não é mais considerado como uma doença individual, mas como um tipo de personalidade que a sociedade do capitalismo tardio escolhe em seu seio, do qual ela necessita para poder se reproduzir. Ela é então geralmente vista como uma forma de ‘pseudo-patologia cada vez mais difusa e mediada socialmente’”²⁶ Define-se uma

autonomização infundada das regras, como intensificação do político vazio de conteúdo, que age sobre os indivíduos fazendo crescer sua insegurança, pois as regras estão mais rígidas e, paradoxalmente, não regem mais.

“Aqueles que as sofrem, na insegurança e na precariedade da existência, são *terrificados* pelas regras e por sua ineficácia, ao mesmo tempo que eles percebem como perigoso o *outro*, no olhar do qual eles vêem se refletir seu próprio medo.”²⁷ Então, existe, hoje, uma transformação radical da vida dos indivíduos, definindo uma modificação histórica da subjetividade, uma vacuidade geral do eu, a considerar; indivíduos sujeitos a uma disciplina renovada e, ao mesmo tempo, mutilados, divididos em inúmeros pertencimentos, constituindo seu caráter como

“estrutura coagulada de interação”: diluição da autonomia, definição de uma “pseudo-afetividade difusa, como expressão de uma inacreditável pobreza simbólica”²⁸ Eles se calam e vivem a “normalidade” a indiferença.

“Mas, talvez, o sofrimento, que acompanha a consciência desta desestruturação do eu, possa justamente constituir o ponto de partida de um engajamento responsável em favor de uma atitude crítica e negativa renovada.”²⁹ Uma “figura de sujeito que é composta pelas diferenças e pelas alteridades, que conheça o outro como sua própria determinação.”³⁰ Além da solidão, que se redescubra na solidariedade e no desejo de negação. No sentido trágico da crise. Na crítica do político.³¹

Nos pobres e na sua comunicação o prof. Milton Santos lê esta possibilidade.

Notas

¹ Texto apresentado no Simpósio Multidisciplinar Internacional “O Pensamento de Milton Santos e a Construção da Cidadania em Tempos de Globalização” promovido pela Unesp-Bauru/FOB/USP-Bauru, em Bauru, de 24 a 27 de julho de 1997.

² Johnston, R. J., Geografia e Geógrafos, São Paulo, Difel, 1986.

³ LEFEBVRE, Henri. *Marx*. Madri, Guadarrama, 1974, p. 58.

⁴ Trata-se do Encontro Internacional “O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo” realizado na Universidade de São Paulo, em outubro de 1996, e o trabalho mencionado refere-se à participação em mesa redonda sobre a “Teoria da Urbanização para os Países Pobres” da qual resultou um artigo pessoal denominado: “Teoria da urbanização para os países pobres: elementos da obra de Milton Santos”

⁵ Concepção que vem sendo construída, por Milton Santos, em sua obra, resgatada e aprofundada em seu livro *A Natureza do Espaço*.

⁶ Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 96.

⁷ Op. Cit. p. 97

⁸ Idem nota anterior.

⁹ Op. Cit. p. 98.

¹⁰ “Segundo Hegel, ‘o espírito torna-se um objeto, pois o espírito é o movimento de se tornar outra coisa para si mesmo, isto é, um objeto para si mesmo e, depois sublimar esse estranhamento’... O que chamamos totalidade é a Idéia hegeliana. A fenomenologia é a transmutação do real-abstrato em real concreto. E vice-versa.” (Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*, p. 98).

¹¹ Op. Cit., *A Natureza do Espaço*, p. 98.

¹² Op. Cit. p.100.

¹³ A mediação do movimento das redes, constituindo os níveis mundial, o dos territórios dos Estados, além do local, nesta explicação, está abstraida, embora, contida na recente obra de Milton Santos, *A Natureza do Espaço*, devido à proposta da mesa.

¹⁴ Op. Cit., *A Natureza do Espaço*, p. 228.

¹⁵ “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares.” (Santos, Milton. *A Natureza do Espaço*, p. 258)

¹⁶ Op. Cit., *A Natureza do Espaço*, pp. 258/261.

¹⁷ Op. Cit. p. 262.

¹⁸ Groupe de Navarreux. *Du Contrat de Citoyenneté, Syllepse/Périscopes*, 1990.

¹⁹ Damiani, Amélia Luisa, O Lugar e a Produção do Cotidiano. In Encontro Internacional: Lugar, Formação Socio-espacial, Mundo, ANPEGE (Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Geografia), Universidade de São Paulo, 08 a 10 de setembro de 1994.

²⁰ Santos, Milton. *O Espaço do Cidadão*, São Paulo, Nobel, 1987

²¹ Op. Cit. p. 77.

²² Op. Cit. p. 65.

²³ Op. Cit. p. 75.

²⁴ Op. Cit. p. 76.

²⁵ Op. Cit. pp. 78/79/82/116/117.

²⁶ Op. Cit., *Du Contrat de Citoyenneté*, p. 266.

²⁷ Idem nota anterior.

²⁸ Op. Cit. p. 267.

²⁹ Idem nota anterior.

³⁰ Op. Cit. p. 277

³¹ Op. Cit. p. 279.

